



ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO
ESCRITÓRIO REGIONAL PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE
Programa Internacional para Eliminação do Trabalho Infantil - IPEC

IPEC SUBREGIÃO AMÉRICA DO SUL



**A Oferta Institucional para responder às necessidades de
atenção e promoção dos direitos das crianças e adolescentes
atingidos pela exploração sexual comercial infanto-juvenil
em Foz do Iguaçu – Brasil
Resumo Executivo**

Abril, 2002

Pesquisa

**realizada por
Ana Gilka Duarte***

Sistema de Información Regional sobre Trabajo Infantil – SIRTI-
Tel: 511-6150327 / 511- 615-0395 Fax: 511- 6150400. Correo electrónico: sirti@oit.org.pe
Las Flores 275 San Isidro, Lima 27. Casilla Postal 14-124, Lima 14.

IPEC Sudamérica

1. APRESENTAÇÃO

Com a finalidade de oferecer suporte à implantação do Programa Binacional de Combate à Exploração Sexual Comercial Infanto-Juvenil na Fronteira Brasil/Paraguai, realizou-se a presente pesquisa que será apresentada através do relatório que segue. Resultado de um trabalho de investigação desenvolvido entre fevereiro a abril de 2002 com o objetivo principal de conhecer e mapear a oferta institucional (governamental e não-governamental) de combate à exploração sexual comercial infanto juvenil (ESCI) em Foz do Iguaçu, este documento foi elaborado a partir do conhecimento prévio das ações de combate ao trabalho infantil no Brasil e do contexto sócio-econômico que envolve a ESCI. Buscou-se identificar na cidade as ações diretas e indiretas, bem como os programas que pudessem ser replicados e suas potencialidades e debilidades, a fim de poder tecer recomendações plausíveis para o enfrentamento do problema.

Tendo como questão norteadora a construção de um amplo panorama do combate à ESCI, buscou-se conhecer aspectos específicos que caracterizam tal prática na cidade de Foz do Iguaçu, sem perder de vista o contexto nacional e mundial da discussão acerca do tema. A investigação foi realizada a partir da identificação da rede de assistência à infância e adolescência, com posterior entrevista semi-estruturada com os responsáveis e profissionais dedicados ao tema, além de visitas aos programas selecionados. A coleta de dados foi feita através de instrumento elaborado com vistas a conhecer as ações existentes e reconhecer as mais relevantes, no sentido de identificar parceiros na composição de uma rede de proteção efetiva às crianças e adolescentes explorados sexualmente.

A exploração sexual comercial pode ser entendida, de maneira genérica, como uma relação de poder exercida por adultos que utilizam crianças e adolescentes para a obtenção de proveitos, seja através da comercialização de seus corpos para práticas sexuais com outras pessoas, ou com o próprio adulto que a explora¹. De todas as maneiras, acarreta danos bio-psico-sociais aos explorados por conta das condições degradantes a que expõe estes jovens, que são pessoas em processo de desenvolvimento e que, por isto, deveriam estar protegidos e amparados. O conceito de exploração sexual comercial difere do conceito de prostituição no caso de crianças e adolescentes, na medida em que o exercício da prostituição pressupõe o consentimento do praticante, o que é considerado inexistente para jovens menores de 18 anos, uma vez que estes não tem discernimento suficiente para fazer esta escolha. Considera-se então, que crianças e adolescentes são prostituídos, sempre induzidos por outrem que tira proveito desta prática. No Brasil, se por um lado as crianças e adolescentes são levados a se prostituírem principalmente pela necessidade de sobrevivência, de outro, encontram grande facilidade para “vender” sua força de trabalho. Em Foz do Iguaçu, o fato de indivíduos de praticamente todas as camadas sociais e de todas as etnias utilizarem estes serviços, chamou a atenção para a relação que existe entre oferta e demanda. Percebeu-se que tal relação é dialética, e que acaba por determinar diferentes níveis de exploração sexual comercial na cidade. A larga utilização, por parte dos adultos, em sua grande maioria homens, deste tipo de expediente parece estar relacionada e ser favorecida pela falta de punição efetiva detectada na maioria das cidades brasileiras a este tipo de

¹ LEAL, Maria F. & CESAR, Maria A. (orgs). Indicadores de Violência Intrafamiliar e Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes. Brasília, 1998

abuso. Por se tratar de uma cidade que faz fronteira com o Paraguai, onde as leis e a fiscalização de seu cumprimento parecem ser bem mais flexíveis que no Brasil, conviver com a presença marcante de grupos que pertencem ao crime organizado atuando no contrabando de mercadoria e no tráfico de drogas e, apresentar o maior índice de criminalidade do Estado do Paraná, a atuação das polícias acaba sendo, pelo acúmulo de trabalho, muito aquém do desejado.

OFERTA INSTITUCIONAL EM FOZ DO IGUAÇU

A cidade de Foz do Iguaçu situa-se numa região de tríplice fronteira que foi, historicamente ocupada por pessoas que buscavam opções de trabalho, atraídas pela possibilidade de desenvolvimento que representava uma cidade com expansão econômica tão acelerada. A primeira grande leva de migrantes chegou na cidade na década de 70, atraída pela construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Eram em sua maioria homens sem família, trabalhadores volantes que triplicaram o número de habitantes da cidade. Este aumento desordenado da população demandou a necessidade de uma rápida reorganização na estrutura urbana. Nesta época surgem as primeiras casas de prostituição e se instaura também a Zona de Livre Comércio em Ciudad Del Este, que seria responsável, nos anos 80 e 90 pelo segundo grande movimento migratório para a região. Nesta época se consolida também a atividade turística, como principal vocação do município. Contudo, a partir de 1995, observa-se que a atividade do comércio na fronteira entra em franco declínio, o que irá agravar a situação de pobreza da população em Foz do Iguaçu, ao mesmo tempo em que cresce o seu envolvimento em atividades ilícitas, na medida em que o desemprego torna-se agudo. Atualmente, segundo dados da Prefeitura, a cidade possui 258 mil habitantes, com 70% da população empregada recebendo até 3 SM e apenas 7% com rendimentos superiores à 10 SM. O grau de instrução de 68% da população é apenas o 1º grau e a população economicamente ativa corresponde a 129 mil pessoas, ou seja, metade da população. O número de favelas na cidade chega a 56, o que é intrigante frente ao PIB do município, que por conta dos *royalties* que recebe de Itaipu, chega à R\$ 830 milhões².

Este cenário de pobreza e falta de perspectivas agravou a incidência da prostituição adulta e, conseqüentemente, a infanto-juvenil. Ainda que alguns setores do poder público, não admitam, a afluência de turistas para a cidade potencializou o mercado do turismo sexual, que invariavelmente envolve menores de idade. A partir dos depoimentos de informantes-chave ficou claro o envolvimento de crianças e adolescentes neste lucrativo negócio, como afirma um dos entrevistados: “a prostituição é mais uma das atrações turísticas da cidade, e aliás, uma das mais rentáveis”.

Uma outra questão que agrava este quadro é uma situação social gerada pela grande número de etnias diferentes (são 65 ao todo contando grupos étnicos de outros países) que convivem neste mesmo espaço: a falta de um sentimento de identidade e pertencimento ao local onde se vive faz crer que cada um destes povos foi para a região sobretudo por por motivações, mas ainda não há uma efetiva preocupação em contribuir para o desenvolvimento social da cidade. As pequenas empresas destes negociantes estrangeiros empregam pouco e pagam muito mal.

² Informações retiradas do Anuário Estatístico de 2001

Considerando-se as características econômicas da região, a oferta de empregos preferencial é no setor turístico, que está estacionado nos últimos anos por causa do declínio no comércio da fronteira. Há ainda que se considerar a população de brasiguaios³, calculada em 40 mil pessoas, que constitui a chamada população flutuante e que busca trabalho e acesso aos serviços sociais em Foz do Iguaçu que, apesar de todo o quadro crítico de pobreza é a cidade mais desenvolvida da fronteira. A estreita relação entre a prostituição e o comércio da fronteira é claramente percebida quando se localiza os pontos onde há maior incidência desta atividade. Através de informações obtidas com o Conselho Tutelar e outros informantes-chave, a região da Ponte da Amizade foi apontada como o ponto onde mais se pode encontrar menores de idade prostituídas. Como este é um local de grande acúmulo de pessoas, as crianças e adolescentes acorrem para lá para praticar comércio ambulante e transportar mercadorias para os sacoleiros. Em meio a estas atividades, acabam também sendo vítimas de exploração sexual. Inclusive este é um traço bem marcante da atividade de prostituição infantil em Foz do Iguaçu: muitas crianças começam vendendo doces e acabam prostituídas, o que faz crer que já não há diferenciação entre uma atividade e outra, há somente a necessidade de sobreviver.

A atuação do Poder Público em relação às ações de proteção à infância e adolescência se dão principalmente através da Secretaria Municipal da Criança e do Conselho Tutelar. A Secretaria de Estado e Assuntos da Família, que possui um escritório regional na cidade, não desenvolve nenhuma ação direta de combate à exploração sexual comercial na região, e considera que “oficialmente”, a Secretaria não sabe da ocorrência do problema, uma vez que não existem dados oficiais sobre o assunto.

A atuação do Poder Público em relação às ações de proteção à infância e adolescência se dão principalmente através da Secretaria Municipal da Criança e do Conselho Tutelar. A Secretaria de Estado e Assuntos da Família, que possui um escritório regional na cidade, não desenvolve nenhuma ação direta de combate à exploração sexual comercial na região, e considera que “oficialmente”, a Secretaria não sabe da ocorrência do problema, uma vez que não existem dados oficiais sobre o assunto.

PROGRAMAS VISITADOS

Os dados apresentados a seguir foram recolhidos a partir de questionários especialmente elaborados tendo em vista a necessidade de reconhecer as seguintes questões:

- como se articula a rede de atendimento à criança e adolescente ;
- mapear as ações governamentais e não-governamentais diretas e indiretas voltadas ao combate da exploração sexual comercial infanto-juvenil;
- identificar as ações eficazes que podem ser replicadas e as que potencialmente eficazes.

³ São chamados os emigrados brasileiros, que se deslocaram gradualmente para o Paraguai, a partir dos anos 50. Muitos voltaram a viver em Foz do Iguaçu e se constituem num grupo de número expressivo e que enfrenta uma série de problemas legais, de acesso a seus direitos de cidadão e de identidade cultural.

Quadro 1- Ações governamentais – continua

Identificação	Ação direta em relação à ESCI	Área de atuação principal	Dificuldades	Principais necessidades
PROGRAMA SOS CRIANÇA Secretaria da Criança Coordenador: Ivano Oliveira Gomes R. Xavier da Silva, 660 – 13 ^o andar - Fone: (045) 225-8700	Não realiza nenhuma ação direta de fiscalização ou combate	Realiza atendimento emergencial a crianças e adolescentes vítimas de maus-tratos, através de denúncias das 8:00 às 18:00 (depois a responsabilidade é do Conselho Tutelar)	Não existe uma rede de atendimento no município que assista integralmente os jovens, por isto não se pode garantir que este será devidamente encaminhado. O trabalho do poder judiciário é muito moroso. Não há campanhas de sensibilização.	Ampliar o atendimento, divulgar o trabalho, ampliar o número de profissionais e capacitá-los. Realizar campanhas de sensibilização. Funcionar 24h. Organizar, ampliar e fortalecer a retaguarda.
PROJETO SEMENTES DO AMANHÃ Convênio da Prefeitura com a Associação de Apoio ao Menor (APROM) Diretor: Natalino Gonzaga Garcia Cidade Nova	Não realiza nenhuma ação direta de fiscalização ou combate. Trabalha no sentido de desenvolver uma ação preventiva.	Oferece atividades de contraturno para jovens de 7 à 17 anos. Atende 400 jovens com oficinas de recreação, artesanato, reforço escolar. Atende crianças do Programa PETI e do Da Rua para a Escola	As vagas não são suficientes para o número de crianças e adolescentes em situação de risco no bairro, que está numa região periférica com graves problemas sociais. Está no início de seu funcionamento. Não há trabalho com a família	O programa deve ser ampliado a outros bairros. Desenvolver trabalho de apoio às famílias.
PROGRAMA PETI Secretaria da Criança Coordenadora: Eunice Scarpetta R. Xavier da Silva, 660 - Térreo	Atende algumas famílias de crianças e adolescentes que eram exploradas sexualmente	Concessão de bolsa-auxílio e acompanhamento familiar. Inserção na escola. São atendidas 253 famílias	Insuficiência de técnicos. Não há uma cota de vagas específicas para adolescentes explorados/as sexualmente. A inclusão de novas famílias não pode ser imediata. Não há dados oficiais sobre a prostituição infantil	Aumentar o número de técnicos, visando prestar atendimento mais eficaz. Criar programas que atendam especificamente esta clientela.

Identificação	Ação direta em relação à ESCI	Área de atuação principal	Dificuldades	Principais necessidades
----------------------	--------------------------------------	----------------------------------	---------------------	--------------------------------

PROGRAMA DA RUA PARA A ESCOLA Secretaria da Criança Coordenador: Graça Lima R. Xavier da Silva, 660 - Térreo	Atende algumas famílias de crianças e adolescentes que eram exploradas sexualmente	Concessão de cesta básica e acompanhamento da família. Inserção da criança na escola. Encaminhamento aos serviços sociais. A inclusão pode ser imediata. Atende 120 famílias (260 adolescentes)	Atendimento limitado pelo número insuficiente de técnicos e de recursos. Pouca abrangência. Dificuldade do Programa em tratar casos específicos de exploração sexual.	Ampliação do número de técnicos. Criação de programas específicos para atender crianças e adolescentes sexualmente explorados.
PROGRAMA SENTINELA Secretaria da Criança Coordenadora: Beatriz de Farias R. Xavier da Silva, 8º andar	Programa federal com objetivo específico de atender crianças e adolescentes (7 à 17 anos) explorados/as sexualmente. Prevê o atendimento de 50 jovens. Abordagem de rua, mapeamento da demanda. Casa de acolhimento, atendimento psicológico para os/as adolescentes e famílias. Concessão de bolsa-auxílio, através do PETI	Atenção à crianças e adolescentes vítimas da exploração sexual	O programa tem prazo inicial de funcionamento de 6 meses, sem garantia de continuidade. A meta de atendimento é bastante reduzida em relação à demanda. Poucos técnicos.	Assegurar a sustentabilidade, transformando em ação permanente.
CENTRO EDUCACIONAL SÃO FRANCISCO Secretaria da Criança Coordenador: José Monteiro da Silva Bairro São Francisco	Não desenvolve nenhuma ação direta. Programa que pode ser considerado preventivo	Oferece atividades de contraturno para jovens de 7 a 14 anos, que ficam no Centro por 6 hs. Oficinas de trabalhos manuais, recreação, reforço escolar, música, esportes e alimentação. São atendidos 266 jovens	A demanda real é muito maior que a oferta. Existem 05 Centros como este na cidade, que não conseguem atender a demanda. Falta de funcionários. Problemas com os voluntários. Não há trabalho sistemático com a família	Multiplicar esse tipo de experiência, ampliar a oferta. Associar trabalho de apoio às famílias.

Identificação	Ação direta em relação à ESCI	Atuação principal	Dificuldades	Principais necessidades
CENTRO DE ORIENTAÇÃO E APOIO SOCIAL	Não é realizada nenhuma ação direta de combate à	O COAS realiza acompanhamento multidisciplinar	Não há Programa de Saúde da Família na cidade	Descentralização do atendimento realizando

(COAS) Secretaria de Saúde Técnica: Claudence Rocha Centro de Especialidades Médicas Av. Paraná	exploração sexual comercial, mas que pode ser utilizado por este grupo	dos pacientes infectados com HIV, inclusive os adolescentes. Oferece serviço de testagem Trabalha no sentido de identificar os portadores de HIV	Não são distribuídos preservativos nos postos O serviço de testagem HIV/AIDs é feito só na Unidade de Saúde Especializada, o que dificulta a localização dos portadores O investimento em saúde, pelo município é insuficiente	testagem nos postos de saúde.
ESPAÇO CULTURAL 3 LAGOAS Fundação Cultural Coordenador: Edenilson de Assis Av. Gramado, 90	Não é realizada nenhuma ação direta de combate à exploração sexual comercial Pode ser considerado um programa preventivo	Oferece cursos de artes plásticas, dança e música Para crianças e adolescentes de 4 a 17 anos São atendidos 400	Não se consegue atingir a clientela mais carente. Existem 07 espaços como este na cidade e ainda assim a oferta é bem inferior à demanda real.	Ampliar a oferta priorizando os bairros periféricos.
PROJETO PÓLOS ESPORTIVOS Secretaria de Esporte e Lazer Diretor técnico: Vicente Piazza Filho R. Xavier da Silva, 660 – 10º andar	Não é realizada nenhuma ação direta de combate à exploração sexual comercial Pode ser considerado um programa preventivo	Programa de prática de esporte nos bairros mais populosos, em espaços públicos existentes Atende-se 4.600 crianças e adolescentes de 6 a 15 anos Alimentação Coordenado por professores de Educação Física	Não há garantias de que aos jovens das classes mais desfavorecidas participem	Ampliar esses espaços na cidade vez que a prática

Quadro 1 – Ações Governamentais –continuação

Identificação	Ação direta em relação a ESCI	Atuação Principal	Dificuldades	Principais necessidades
CASA ALBERGUE INFANTO-JUVENIL FEMININA Secretaria da Criança Educadora: Evanilda N. Magalhães R. Padre Montoya,	Abriga e alberga adolescentes em situação de risco, inclusive exploradas sexualmente, de 12 a 18 anos.	São atendidas 6 adolescentes de maneira permanente. A Casa tem capacidade para atender permanentemente 15 meninas. Passam pela Casa 30 adolescentes por	Não há atendimento psicológico, nem trabalho com as famílias O trabalho de convencimento para que as meninas fiquem na Casa é difícil (existem grades e	Há necessidade de mais técnicos e de ampliar o número de vagas.

903		mês. As adolescentes frequentam a escola, fazem reforço escolar e trabalhos manuais.	um segurança) Não há atendimento específico para as usuárias de drogas	
CASA ABRIGO Secretaria da Criança Coordenadora: Neiva Pereira Dias	Abriga crianças de ambos os sexos até 12 anos	São atendidas 55 crianças em situação de risco, de abandono e que aguardam adoção. É oferecido atendimento psicológico. As crianças frequentam a escola e a creche	São atendidas crianças de faixas etárias muito diferentes. Há um problema de superlotação e acomodação inadequada	Deveriam ser criados espaços distintos para as diferentes faixas etárias

Quadro 2 - Ações não governamentais

Identificação	Público atendido	Ação desenvolvida	Corpo Técnico	Recursos	Dificuldades	Necessidades
FORMAÇÃO DO CIDADÃO Fórum Municipal de Combate à exploração Sexual Coordenador: Dr. Rui Mugiatti Fórum Municipal de Foz do Iguaçu - Av. Pedro Basso, 1001 – Jd. Polo Centro – 85852-500 Fone: 522-4800	Professores e pais do Bairro 3 Lagoas Em 2002 o Projeto será estendido a todas as creches municipais	Ação Preventiva Capacitação de pais e professores Trabalho terapêutico comunitário em grupo, através da Teoria Sistêmica (resgate da auto estima) Pesquisa sobre a estrutura das famílias	Ass. Social, Psicólogos, Advogados	Associação dos Magistrados	Falta de Recursos para a ampliação Falta de profissionais	Trabalho Preventivo mais efetivo Tratar o assunto de forma continuada Cooperação entre as polícias dos 3 países da fronteira
FUNDAÇÃO NOSSO LAR Diretor: Valtenir Lazzarini R. Ernesto Keller, 388 Jd. Elisa Fone: 3025-2440	2 à 18 anos em situação de orfandade e risco	São atendidos 45 jovens em Casas lares e Casas da Juventude	Educadores e um psicólogo Assistente Social voluntária	Verba de Subvenção da Prefeitura e recursos advindos da Associação Oriundi da Itália	Morosidade da Justiça em relação aos processos de adoção Escassez de recursos	
PASTORAL DO MIGRANTE Coordenadora: Irmã Therezinha	Migrantes oriundos de outras regiões do	Regulamentação de documentação e encaminhamento	Não há técnicos	Paróquia local	Alta periculosidade do entorno Falta de recursos	Priorização do assunto por parte do Poder Público

Santin R. Rio de Janeiro, 592 - Jd. Maracanã Fone: 574-3542	país e brasiguaios	escolar Garantia de acesso aos serviços sociais do Município Distribuição de cestas básicas e leite Acompanhamento à famílias de presidiários			Dificuldades em garantir o atendimento dos migrantes nos serviços sociais	Criação de empregos Melhoria nas condições de segurança e de vida da população
--	--------------------	--	--	--	---	---

Identificação	Público atendido	Ação desenvolvida	Corpo Técnico	Recursos	Dificuldades	Necessidades
NÚCLEO DE AÇÃO SOLIDÁRIA À AIDS (NASA) Voluntária: Anair Barbieri Fone: 572-4712	Portadores do vírus da AIDS	Trabalho de prevenção e orientação Trabalho de apoio e acompanhamento dos portadores do vírus Programa de Redução de danos, reinserção social, capacitação profissional	Assistentes Sociais, enfermeiros advogados médicos Todos voluntários	Recursos advindos do Ministério da Saúde e Organização Mundial da Saúde, através de projetos Ajuda orçamentária da Prefeitura	Escassez de recursos Falta de profissionais	Ampliação De recursos para programas na área de testagem e prevenção
COMUNIDADE TERAPÊUTICA ANCORA-DOURO Ass. Social: Irma R. Raposo Tavares, 225 Fone: 574-1821	Dependentes de droga a partir de 14 anos, de ambos os sexos	Orientação, acompanhamento e desintoxicação através de internamento Trabalho com a família Trabalho de reinserção social São atendidas 25 pessoas com capacidade para 50	Ass. Social, Psicólogos e atendentes	Mensalidades		
CASA DO PEQUENO TRABALHADOR Coordenador: Frei Pedro Brondani R. Pompeu de Toledo, 123 Jd. Boa Esperança Fone: 574-	Jovens em situação de risco que necessitam de abrigo Encaminhados pelo	Casas de chegada (02) e casas lares (07) Tem capacidade para atender 50 jovens Encaminhamento para escola e cursos Educação pelo	Não há corpo técnico especializado Os colaboradores são voluntários	Recursos advindos da venda de produtos feitos pelos jovens Doações	Escassez de recursos	Punição para os exploradores Combate ao tráfico de drogas

2606/525-4881	Com-selho Tutelar e Juizado da Infância e Adol.	trabalho				
---------------	---	----------	--	--	--	--

Quadro 2 – Ações Não-Governamentais- continuação

Identificação	Público atendido	Ação desenvolvida	Corpo Técnico	Recursos	Dificuldades	Necessidades
CASA MARIA PORTA DO CÉU Coordenadora: Irmã Celide Bom R.Curitiba,185 Jd. Paraná Fone:577-7825	Jovens menores de 18 anos em situação de risco ou orfandade ou sob júdice	Casa Abrigo para meninas e 3 Casas Lares para meninos e meninas (com capacidade de 8 em cada) Atendimento psicológico Atividades de contraturno para a comunidade (150 jovens)	Psicólogo	Subvenção da Prefeitura, doações da ONG italiana Ágape, doações da comunidades	Faltam recursos para atender a demanda real de jovens nas atividades de contraturno	
SOCIEDADE CIVIL NOSSA SENHORA APARECIDA Diretor: Pe. Giuliano Inzis Av. Morenitas, 2047 Fone: 527-2856	Crianças em idade pré-escolar e adolescentes	Oferece Poliambulatório Centro de Atenção Integral ao Adolescente (CAIA) com orientação e oficinas de arte, esporte e cultura Atende 145 adolescentes	Médico, Psicólogo, Ass. Social e enfermeira Estagiários de nível superior Voluntários	Verba advinda de uma ONG italiana Doações da Igreja Católica	Omissão do Poder Público Falta de ações públicas eficazes Burocracia na liberação de verbas públicas	O Poder Público deveria deixar este tipo de atendimento para as organizações não-governamentais, fazendo apenas o repasse de verbas e priorizando Política de geração de emprego
ASSOCIAÇÃO FRATERNIDADE ALIANÇA Presidente: Irmã Idalina Barbosa R. Paulino Ferreira, 56 Porto Meira-85854-360 Fone: 527-	Jovens de 0 à 18 anos Mães e gestantes A demanda reprimida é significativa	Atividades de reforço escolar, cursos de artes e esportes, alimentação Atendimento á adolescentes gestantes Atende aprox. 450 jovens	Psicólogo, Ass. Social e médica são voluntários Professores, contador	Advindos da “ Associação Amigos do Pe Arturo” (italiana) Subvenção da Prefeitura Doações	Número de vagas é bem inferior à demanda Dificuldade em conseguir soluções para problemas estruturais que envolvem os jovens (violência,	Combate à violência Trabalho de resgate da auto-estima Política de geração de emprego Criação de mais programas de contraturno escolar

2856					desemprego)	
------	--	--	--	--	-------------	--

Quadro 2 – Ações Não-Governamentais- continuação

Identificação	Público atendido	Ação desenvolvida	Corpo Técnico	Recursos	Dificuldades	Necessidades
GUARDA MIRIM Diretor: Valentin Gustavo da Silva R.Tadeu Trompschinski,56 Vila Sossego	Adolescentes com mais de 14 anos, com renda inferior a 3 SM	Formação profissionalizante Encaminhamento para estágio São atendidos 750 adolescentes	Educadores	Subvenção da Prefeitura Convênio com Itaipu Taxa de Administração retirada da bolsa-auxílio Doações	A fila de espera é igual ao número de adolescentes atendidos Dificuldades em adaptar o trabalho desenvolvido à Lei de Aprendizagem	Criação de mais vagas para estágios para adolescentes

MODELOS DE INTERVENÇÃO PARA PUNIÇÃO DOS EXPLORADORES

Como já foi considerado, as polícias não tem ações diretas de combate à exploração sexual comercial. Se for considerado que esta tem uma estreita ligação com o tráfico de drogas, pode se dizer que são desenvolvidas ações de combate, mas como são indiretas e insuficientes, poucos resultados apresentam. Com relação ao Poder Público, a primeira ação concreta e específica surge com a instalação do Programa Sentinela, que ainda que não possa ser avaliado já pode ser questionado pelo exíguo número de jovens que pretende atender (50 no total), por seu caráter efêmero, e por não contar com ações de repressão aos exploradores.

O que se pode apontar como uma alternativa, mas que ainda não foi usada para este fim específico, é o expediente das Forças Tarefa que, por congregar esforços na realização de ações planejadas pode ser eficaz na localização e punição dos envolvidos. Contudo, levando-se em conta a dificuldade em se localizar os exploradores, a utilização da força tarefa demandaria um estudo aprofundado por parte dos setores de inteligência das polícias. Além do que, este tipo de intervenção parece eficaz no caso das casas de prostituição, que envolvem apenas uma parte dos jovens prostituídos. No caso dos que são explorados nas ruas, o fato deles estarem sempre “aparentemente” trabalhando de forma autônoma dificulta a localização dos exploradores.

Punição aos clientes é muito mais difícil de ser realizada **uma vez que a utilização da prostituição em geral parece ser um fenômeno não admitido na cidade.** Pelo fato de serem constatadas muitas denúncias de participação de pessoas públicas importantes como exploradores e usuários, bem como indivíduos de todas as classes sociais, é difícil traçar um perfil dos envolvidos.

Com relação à existência de técnicos competentes para realizar tais tarefas, pode se dizer que, como ocorre de maneira global na cidade, não há mão de obra especializada suficiente. Como ainda não é considerado prioridade, não figura no orçamento e nem na agenda social do município, muito menos na agenda das polícias.

CONCLUSÕES

A partir das informações reunidas serão apontadas algumas sugestões a respeito das instituições que podem estar desenvolvendo ações em parceria com o Programa de Eliminação da Exploração Sexual na Fronteira Brasil/Paraguai. Optou-se por apresentar as indicações a partir de procedimentos que acredita-se devam compor um programa integral de atendimento aos jovens vitimizados. Em seguida, serão apresentadas as debilidades da rede institucional que atua com a infância e adolescência de Foz do Iguaçu.

1. Espaços de denúncia

A cidade conta com o SOS Criança e o Conselho Tutelar, sendo que existe também o Fórum Municipal de Combate à Exploração Sexual, que poderia ser um importante espaço de discussão e denúncia se estivesse melhor articulado.

2. Atendimento Médico/Psicológico

Pressupõe-se que o Centro de Referência a ser criado conte com estes serviços especializados. A oferta dos mesmos na cidade é escassa, sendo que a maioria destes profissionais acumula empregos e ainda trabalha como voluntário. Sugere-se que existam profissionais contratados através de relações formais de emprego para evitar os problemas decorrentes do voluntariado. Com relação à prevenção e ao tratamento de DST/AIDS, o programa municipal do Centro de Especialidades Médicas (COAS) oferece estrutura física e profissionais capacitados para realizar a testagem e o tratamento. O NASA também é um parceiro importante na medida em que já tem um contato estabelecido com os profissionais do sexo e uma metodologia de trabalho que permite obter resultados com os adolescentes envolvidos.

3. Formação Profissional

Acredita-se ser bastante importante que seja oferecido aos jovens atendidos a oportunidade de se capacitarem profissionalmente. No entanto, há que se observar as exigências atuais do mercado e criar oportunidades de cursos que de fato coloquem estes jovens em condições de competir igualmente no mercado. Interessante também é considerar as aptidões dos jovens neste processo. A cidade conta com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) que tem capacidade de ofertar cursos em períodos adaptáveis às necessidades dos jovens e criar novos cursos de acordo com as necessidades.

4. Abrigamento

Esta necessidade, tanto em caráter provisório como permanente, conta com uma ampla oferta de possibilidades na cidade. Os albergues juvenis da Prefeitura podem ser considerados como espaços a serem utilizados, uma vez que existem muito poucos jovens sendo atendidos por eles, levando-se em conta a estrutura existente. As instituições Fundação Nosso Lar, Comunidades de Pequenos Trabalhadores e Casa Maria Porta do Céu, contam tanto com casas de acolhida que têm capacidade para atender mais jovens do que os que já são atendidos, como com casas lares onde estes jovens podem ser inseridos.

5. Atendimento para maiores de 18 anos

Aos jovens que forem sendo desligados dos programas de assistência por alcançar a maioridade, uma alternativa que parece ser a mais indicada, quando estes não puderem voltar ao convívio da família, é a formação de repúblicas, onde vários jovens dividam a casa e cuidem de sua manutenção. Esta experiência vem sendo realizada pela Fundação Nosso Lar e pela Comunidade de Pequenos Trabalhadores com êxito.

6. Jovens que não necessitem de abrigo

Para os jovens que possam permanecer junto à sua família, recomenda-se que sejam inseridos em programas como Agente Jovem e Guarda Mirim, que podem ter suas vagas ampliadas. Há de se garantir, porém, que estes jovens tenham o atendimento psicológico necessário.

7. Prevenção

Neste sentido, podem ser utilizados e ampliados os espaços já ofertados pela Prefeitura, como os Centros Educacionais, o Projeto Sementes do Amanhã, os espaços da Fundação Cultural, os projetos da Secretaria do Esporte e Lazer. Dentre as instituições não-governamentais, sugere-se a Associação Fraternidade Aliança, a Casa Maria Porta do Céu, e especialmente o Centro de Atenção Integral ao Adolescente (CAIA) que, dentro todos os projetos visitados é o que dispõe de melhor infraestrutura e disponibilidade de vagas.

Um outro Projeto que se mostrou eficiente no trabalho de prevenção foi o Formação do Cidadão, por conta de propor um trabalho integrado entre a família e a escola, o que é uma inovação que permite olhar o problema de maneira mais completa e, desta maneira, encontrar soluções mais efetivas. No entanto, seria interessante que este projeto sofresse algumas alterações no sentido de fazer uma conexão entre o indivíduo e o contexto sócio-econômico em que ele está inserido, não se limitando a tratar o problema de maneira individual. Esta sugestão baseia-se na constatação da necessidade de se entender tal problema dentro de um contexto estrutural, ao invés do que a Terapia Sistêmica sugere. Poder-se-ia continuar com o tratamento sistêmico que, ao que parece, oferece bons resultados na recuperação da auto-estima, mas incluir um passo seguinte que cuidasse de estabelecer esta conexão necessária.

Com relação aos procedimentos considerados necessários para o sucesso deste trabalho e sobre os quais não foram identificadas ações relevantes ou dignas de serem consideradas como modelo, tem-se :

- **Trabalho com as famílias:** nenhum órgão público desenvolve um tipo de trabalho com a família que possa ser considerado adequado dentro do que é proposto como ideal pela Lei Orgânica de Assistência Social. As ações desenvolvidas pela Secretaria da Criança e da Ação Social parecem insuficientes e com pouca capacidade de promover a conquista de autonomia por parte da família e com isto garantir o afastamento das crianças e adolescentes oriundos destas famílias da situação de exploração.

- **Ações de geração de emprego e renda** : ainda que algumas ações neste sentido estejam sendo iniciadas pela SERT e pela SMIC em parceria com a ACIF, não existe no município uma política pública, de caráter permanente para resolver este problema estrutural e determinante da situação de pobreza vivida por 68% da população.
- **Punição aos exploradores e usuários da prostituição infantil**: ações diretas voltadas este aspecto fundamental no enfrentamento do problema são praticamente impossíveis de serem identificadas em Foz do Iguaçu, por todas as questões de ordem estrutural e operacional que envolvem o trabalho das polícias.
- **Sensibilização da sociedade**: ações neste sentido também não foram detectadas, nem por parte da sociedade civil organizada, nem por parte da imprensa e, muito menos por parte do Poder Público.
- **Proteção aos adolescentes vitimizados e testemunhas**: não existe nenhum programa que trabalhe no sentido de garantir a integridade física dos menores de idade retirados da prostituição e que estão ameaçados pelas informações que possuem sobre a atuação dos exploradores.
- **Combate ao Turismo Sexual**: não há nem mesmo uma campanha publicitária voltada para este assunto. Ao contrário, a estratégia adotada na cidade pelo Poder Público e pelos empresários do setor é negar a existência do problema.

Observou-se também a falta de envolvimento das universidades e faculdades da cidade na pesquisa e proposição de ações neste sentido. Uma outra questão fundamental é a inexistência de dados precisos no município sobre o número de jovens envolvidos e vitimados, como também não há diagnóstico em nenhuma área de atuação da Assistência Social. Os programas são implantados sem se conhecer a demanda real e atendem um percentual muito baixo de usuários, além de existir paralelismo de ações desenvolvidas por secretarias diferentes, que atendem um mesmo público e que com isto pulverizam os recursos e não conseguem resultados efetivos (exemplo são os programas de erradicação do trabalho infantil).

Fazendo uma análise global da atitude do município com relação à seus jovens e crianças, o que se percebe é que a concepção de infância que se tem nesta sociedade, refletida nas ações desenvolvidas pelo poder público e pelas ONGs, é um pouco distante do que a defendida pelo ECA. Por razões culturais comuns à toda sociedade brasileira e por outras específicas determinadas pela posição geográfica e pela composição populacional que se observa em Foz do Iguaçu, a infância e a juventude ainda não podem ser consideradas prioridade como estabelece a lei.

RECOMENDAÇÕES

Pensando a partir de uma iniciativa global de combate à exploração sexual infantil, a primeira recomendação a ser feita é com relação à necessidade de se desenvolver ações articuladas com o poder judiciário estadual e o Ministério Público Federal, no sentido de respaldar as ações locais que possam vir a ser desenvolvidas. Assim como é importante repassar informações sobre a real situação do problema no

local para a mídia comprometida e para organismos e organizações internacionais visando garantir proteção aos profissionais que estarão desenvolvendo estas ações.

Refletindo de forma estrutural, uma recomendação seria a integração das políticas públicas municipais, o que poderia ser feito a partir da elaboração de um plano de ação integrado entre as secretarias de governo. No entanto, há de se garantir que este plano seja incorporado como **política pública de caráter permanente**, e não como uma **política governamental atrelada a determinada gestão política**. Pode ser proposta e fiscalizada pelo Comitê Local de execução do Programa de Combate.

Uma outra recomendação estratégica é o apoio à instâncias que trabalham pelas garantias dos direitos das crianças e adolescentes, como o Conselho Tutelar e o Conselho Municipal dos Direitos da Infância e Adolescência. No caso de Foz do Iguaçu, seria importante trabalhar no sentido de fortalecer o Conselho Tutelar, inclusive investindo na capacitação dos conselheiros e criar mecanismos para garantir que o Conselho de Direitos não seja controlado pelos representantes governamentais e, com isto, se constitua num espaço de discussão e deliberação da política municipal de assistência à infância e adolescência, superando o papel que tem hoje de colaborador na elaboração desta política.

Ações concretas, imediatas e eficazes com relação à geração de empregos na cidade também são fundamentais, bem como as de capacitação profissional e alfabetização e escolarização para adultos. Como já existe um projeto esboçado pela SMIC e pela ACIF, propõe-se a inclusão de outros parceiros nesta discussão e a criação de mecanismos de fiscalização da execução desta proposta. Uma outra atitude que poderia ser tomada pelo Poder Público é estabelecer uma política de incentivo à instalação de indústrias na região, uma vez que só a rede hoteleira e de prestação de serviços comprovadamente não está sendo suficiente para gerar novos empregos. Neste sentido também se propõe ações de sensibilização voltadas aos empresários sobre o importância de seu envolvimento neste processo, enquanto responsáveis pela geração de empregos e também pelo desenvolvimento não só econômico da cidade. Uma sugestão é uma campanha de popularização da doação ao Fundo Municipal da Criança e Adolescente, que pode ser feito por pessoas físicas e jurídicas e permite abate do imposto de renda.

Outra sugestão de promoção de sensibilização seguida de ações concretas deve ser feita ao setor de turismo da cidade, que não pode seguir ignorando a existência do turismo sexual na cidade. Seria interessante convencer-los que a melhor estratégia não é negar o problema, e sim trabalhar por seu combate. Num processo semelhante a este sugere-se o início de um trabalho de sensibilização da sociedade fozdoiguauense no sentido de que não faça uso da prostituição infantil e ajude a denunciar e combater o problema.

Refletindo sobre as ações técnicas que devem ser realizadas, sugere-se a implantação, por parte do Poder Público, de um trabalho efetivo e integrado de promoção da família, que pode ser implantado com recursos advindos do saneamento do Orçamento Público, tão vultoso quanto passível de desvios. É necessário também garantir, via Conselho de direitos ou de Assistência Social, que o Programa Sentinela seja incorporado como programa permanente, bem como suas metas de atendimento ampliadas, bem como também devem ser cobrada a ampliação da rede de atenção preventiva, reconhecidamente insuficiente perante a demanda existente.

Sobre a atuação do Ministério do Trabalho, acredita-se que pode haver um maior envolvimento da Delegacia Regional do Trabalho, em relação à fiscalização do trabalho infantil, o que ajudaria nas medidas de repressão aos exploradores.

Com relação às medidas de punição aos exploradores, acredita-se que uma maneira de sensibilizar a polícia para a gravidade do problema e a tomada de atitudes eficazes seja a realização de intervenção e fiscalização por parte de instâncias superiores do sistema de segurança pública nacional. Considera-se também que o auxílio da Divisão de Polícia Criminal Internacional da Polícia Federal (INTERPOL), através de seu setor de Inteligência, possa ser de grande ajuda, no sentido de garantir uma intervenção isenta, principalmente na tarefa de identificar as redes de exploração, trabalho que deve ser feito por especialistas tendo em vista sua periculosidade e necessidade de treinamento especial, condição atendida plenamente pelos agentes especializados da INTERPOL. No âmbito local, a utilização do expediente das forças tarefa parece ser uma alternativa bastante promissora no sentido de localizar e punir os exploradores.

A rede prestadora de serviços de apoio às vítimas da exploração sexual comercial deve ser composta pelas instituições realizadoras de experiências exitosas, que já foram anteriormente citadas, bem como por instâncias de denúncia e fiscalização, como os Conselhos (inclusive o Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente CONANDA) de Direitos, Tutelar, de Profissionais e ligados às políticas públicas básicas (saúde, educação, assistência social, habitação, etc).

Tendo em vista a existência de uma estreita ligação entre a rede de prostituição que atua no Brasil, no Paraguai e na Argentina, que inclusive ocasiona o trânsito e o tráfico de adolescentes entre estes países para trabalhar na prostituição, sugere-se que seja estabelecido um acordo diplomático, através de um protocolo de intenções, entre os três países no sentido de estabelecer ações conjuntas que tenham, por isto, mais força e contem com o respaldo garantido por um acordo internacional.

* Ana Gilka Duarte – Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná.